



Prefeitura Municipal de Barueri – SP
Coordenador Pedagógico

LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia.....	1
Estrutura e Formação das palavras	2
Divisão Silábica; Vogais; Semivogais; Gênero, Número; Fonética e fonologia: Conceitos básicos; Classificação dos fonemas; Fonemas e letras;	5
Relação entre palavras; sinônimos, homônimos e antônimos;	8
Sinais de Pontuação.....	9
Acentuação.....	15
Uso da crase	17
Substantivo; Adjetivo; Artigo; Numeral; Advérbio; Verbos; Conjugação de verbos; Pronomes; Preposição; Conjunção; Interjeição;	18
Encontros vocálicos; Encontros consonantais e dígrafo; Tonicidade das palavras; Sílabas tônicas;	30
Frases; Sujeito e predicado; Formas nominais; Locuções verbais; Termos ligados ao verbo: Adjunto adverbial, Agente da Passiva, Objeto direto e indireto, Vozes Verbais; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Orações Coordenadas e Subordinadas; Período;.....	30
Concordância nominal; Concordância verbal;.....	35
Regência verbal;Regência nominal.....	37
Predicação verbal; Aposto; Vocativo; Derivação e Composição;	40
Uso do hífen;	41
Vozes verbais; Voz ativa; Voz passiva; Voz reflexiva;	41
Funções e Empregos das palavras “que” e “se”;	43
Uso do “Porquê”;	46
Prefixos; Sufixos; Afixos; Radicais	47
Flexão nominal e verbal	47
Emprego de locuções;.....	57
Sintaxe de Concordância; Sintaxe de Regência	57
Sintaxe de Colocação; Formas verbais seguidas de pronomes	57
Comparações; Criação de palavras; Uso do travessão	59
Discurso direto e indireto; Discurso direto;	59
Imagens.....	63

SUMÁRIO



Relações entre nome e personagem	64
História em quadrinhos.....	64
Relação entre ideias.....	65
Onomatopeias; Aliteração; Assonância; Repetições; Relações; Metáfora; Eufemismo; Hipérbole; Ironia; Prosopopeia; Catacrese; Paradoxo; Metonímia; Elipse; Pleonismo; Silepse; Antítese; Sinestesia; Personificação;.....	65
Provérbios	70
Intensificações.....	71
Expressões ao pé da letra.....	71
Palavras e ilustrações	72
Associação de ideias.....	72
Oposição	73
Pessoa do discurso	73
Denotação e Conotação.....	74
Vícios de Linguagem.....	74
ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: Tipos de Comunicação: Descrição; Narração; Dissertação;	76
Tipos de Discurso.....	81
Coesão Textual.	81
Exercícios.....	83
Gabarito.....	91

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei complementar Nº 277/2011 e alterações.....	1
Lei Complementar nº 367, de 8 de abril de 2016,	46
Lei nº 2.705, de 19 de setembro de 2019	71
Lei nº 2.811, de 18 de março de 2021.....	72
Currículo para uma educação de oportunidades	75
Decreto nº 9.255, de 8 de dezembro de 2020.....	76
Decreto nº 9.292, de 4 de fevereiro de 2021.....	78
Decreto nº 9.341, de 25 de maio de 2021.....	79
Decreto nº 9.556, de 18 de abril de 2022.....	87
Decreto nº 9.684, de 07 de Novembro de 2022	90
Decreto Nº 9.749, de 16 de fevereiro de 2023.....	90
Deliberação CME nº 03/2021, aprovada em 30/06/2021	94
Deliberação CME nº 01/2019 – Aprovada em 03/04/2019.....	95
Deliberação CME nº 01/2023, aprovada em 05/04/2023.....	99
Deliberação CME nº 02/2018 – Aprovada em 12/09/2018.....	102
Deliberação CME nº 02/2021– aprovada em 28/04/2021	107

SUMÁRIO



Lei Complementar nº 494, de 25 de fevereiro DE 2021	107
Lei Complementar nº 534, de 25 de agosto de 2022	108
Lei Complementar nº 539, de 5 de outubro de 2022.....	114
Lei nº 2.408, de 22 junho de 2015.....	114
Lei nº 2.685, de 29 de maio de 2019 - “Institui a “lei Lucas”	116
PMIA – Plano Municipal para a Infância e Adolescência	118
Portaria Conjunta Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação. Nº 14/2022.....	118
Portaria SE 01 – 07/01/2021	121
Resolução SE 01 – 25/02/2019.....	121

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Formação Continuada de professores	1
Fundamentos/Bases da educação;	8
Autores/Pensadores da Educação;	18
Principais Teorias da Educação (tradicionais e contemporâneas).....	28
Desenvolvimento/História da Educação.....	29
Trabalho Pedagógico Coletivo	34
Competências e Saberes para a Educação e para o Ensinar	46
Desenvolvimento das dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais do ser humano.....	48
Escola inclusiva	50
Proposta pedagógica da escola	63
O papel e as competências do professor	73
Relação professor-aluno	75
Estágios do desenvolvimento da aprendizagem.....	80
Conceitos científicos da educação	87
Princípios e fundamentos dos referenciais curriculares	92
Educação e escola	244
Ética no trabalho docente.	262
Currículo, educação e Projeto Político-Pedagógico	271
Planejamento e avaliação;	288
Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento.....	309
Tendências teóricas e metodológicas na educação	310
Didática.....	310
Metodologias ativas.....	316
Educação digital, EAD.....	318
Exercícios	322
Gabarito.....	338

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Política na Educação.....	1
Caminhos para a Educação Brasileira	12
Educação Tradicional	13
Educação Moderna	14
Educação Pragmática	16
Educação Gerencial	17
Coordenação pedagógica;	18
Fundamentos do Currículo Educacional	19
Experiências pedagógicas.....	19
Gestão democrática	21
Políticas Públicas	21
Organização da Escola	21
Documentos Institucionais Pedagógicos.....	31
Dinâmica escolar;	32
Educação Inclusiva no espaço da escola;	33
Organização do conhecimento e dos diferentes níveis escolares	33
Projeto Político Pedagógico	33
Organização em ciclos escolares.....	33
Avaliação	36
Registros	36
Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento	38
Didática Geral.....	38
Metodologia de Ensino.....	38
Psicologia da Educação;	41
Tendências pedagógicas	41
Educação contemporânea.....	41
Normas, diretrizes, referenciais e parâmetros curriculares da educação básica	43
Estratégias para combater a evasão escolar	100
Estratégias para uma escola atrativa	101
Gestão participativa na escola;	102
Planejamento e realização de reunião pedagógica e reunião de pais.....	102
Relações Humanas;	103
Ética e cidadania no convívio escolar	108
Funcionamento escolar;	108
Diretrizes Curriculares para a Educação;	111
Tecnologia e gestão educacional;	111

SUMÁRIO

Indicadores de desempenho escolar;.....	112
Formação continuada;	113
Mediação e gestão de conflitos	113
Exercícios	114
Gabarito.....	121

REDAÇÃO

(uma) redação abordando temas ligados ao cotidiano escolar/educação nas áreas: Competências e Saberes para a Educação e para o Ensinar; Desenvolvimento das dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais do ser humano; O papel e as competências do professor; Relação professor-aluno; Estágios do desenvolvimento da aprendizagem; Ética no trabalho docente; Educação e Projeto Político-Pedagógico; Planejamento e avaliação; e Tendências teóricas e metodológicas na educação.....	1
Exercícios	3
Gabarito.....	5

LEGISLAÇÃO FEDERAL

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.	1
BNCC – Base Nacional Comum Curricular.....	159
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente – ECA	216
Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008	287
Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação – PNE	287
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências	316
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	317
Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.....	348
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB	373
Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	401
Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	406
Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	422



Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	425
Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).....	427
Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.....	422
Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências	444
Exercícios	446
Gabarito.....	454

SUMÁRIO



Língua Portuguesa

— Definições

Com origem no idioma grego, no qual orto significa “direito”, “exato”, e grafia quer dizer “ação de escrever”, ortografia é o nome dado ao sistema de regras definido pela gramática normativa que indica a escrita correta das palavras. Já a Ortografia Oficial se refere às práticas ortográficas que são consideradas oficialmente como adequadas no Brasil. Os principais tópicos abordados pela ortografia são: o emprego de acentos gráficos que sinalizam vogais tônicas, abertas ou fechadas; os processos fonológicos (crase/acento grave); os sinais de pontuação elucidativos de funções sintáticas da língua e decorrentes dessas funções, entre outros.

Os acentos: esses sinais modificam o som da letra sobre a qual recaem, para que palavras com grafia similar possam ter leituras diferentes, e, por conseguinte, tenham significados distintos. Resumidamente, os acentos são agudo (deixa o som da vogal mais aberto), circunflexo (deixa o som fechado), til (que faz com que o som fique nasalado) e acento grave (para indicar crase).

O alfabeto: é a base de qualquer língua. Nele, estão estabelecidos os sinais gráficos e os sons representados por cada um dos sinais; os sinais, por sua vez, são as vogais e as consoantes.

As letras K, Y e W: antes consideradas estrangeiras, essas letras foram integradas oficialmente ao alfabeto do idioma português brasileiro em 2009, com a instauração do Novo Acordo Ortográfico. As possibilidades da vogal Y e das consoantes K e W são, basicamente, para nomes próprios e abreviaturas, como abaixo:

- Para grafar símbolos internacionais e abreviações, como Km (quilômetro), W (watt) e Kg (quilograma).
- Para transcrever nomes próprios estrangeiros ou seus derivados na língua portuguesa, como Britney, Washington, Nova York.

Relação som X grafia: confira abaixo os casos mais complexos do emprego da ortografia correta das palavras e suas principais regras:

«ch» ou «x»?: deve-se empregar o X nos seguintes casos:

- Em palavras de origem africana ou indígena. Exemplo: oxum, abacaxi.
- Após ditongos. Exemplo: abaixar, faixa.
- Após a sílaba inicial “en”. Exemplo: enxada, enxergar.
- Após a sílaba inicial “me”. Exemplo: mexilhão, mexer, mexerica.

s” ou “x”?: utiliza-se o S nos seguintes casos:

- Nos sufixos “ese”, “isa”, “ose”. Exemplo: síntese, avisa, verminose.
- Nos sufixos “ense”, “osa” e “oso”, quando formarem adjetivos. Exemplo: amazonense, formosa, jocoso.
- Nos sufixos “ês” e “esa”, quando designarem origem, título ou nacionalidade. Exemplo: marquês/marquessa, holandês/holandesa, burguês/burguesa.
- Nas palavras derivadas de outras cujo radical já apresenta “s”. Exemplo: casa – casinha – casarão; análise – analisar.

Porque, Por que, Porquê ou Por quê?

– Porque (junto e sem acento): é conjunção explicativa, ou seja, indica motivo/razão, podendo substituir o termo pois. Portanto, toda vez que essa substituição for possível, não haverá dúvidas de que o emprego do porque estará correto. Exemplo: Não choveu, porque/pois nada está molhado.

– Por que (separado e sem acento): esse formato é empregado para introduzir uma pergunta ou no lugar de “o motivo pelo qual”, para estabelecer uma relação com o termo anterior da oração. Exemplos: Por que ela está



ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BARUERI

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O regime jurídico dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município é o estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Barueri, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei:

I - servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público;

II - servidor efetivo é o ocupante de cargo cuja investidura dependa de concurso público;

III - servidor comissionado ou em comissão é o ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração;

IV - cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor;

V - cargo em carreira é o constituído de um conjunto de níveis progressivos de vencimentos acessíveis mediante promoção;

VI - quadro é o conjunto de carreiras ou cargos isolados.

§ 1º Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

§ 2º As atribuições de cada cargo serão definidas em lei, vedada a atribuição de encargos ou serviços diversos dos inerentes ao seu cargo, ressalvada a hipótese de readaptação.

§ 3º A Administração garantirá proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos de regulamentação específica.

§ 4º Não haverá critérios discriminatórios para efeito de concessão de quaisquer vantagens, para a admissão de pessoal, exercício de funções, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

§ 5º Os cargos são considerados de carreira ou isolados.

§ 6º As atribuições do cargo podem ser exercidas por quaisquer integrantes de uma mesma carreira.

§ 7º Não haverá equivalência entre as diferentes carreiras quanto às suas atribuições funcionais. (Revogada pela Lei Complementar nº 365/2016 nº 381/2016)

Art. 3º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em Lei.

TÍTULO II

DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais

Art. 4º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;



A educação continuada consiste na prática em que o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores é fundamental para o aperfeiçoamento das habilidades como a maior visão da realidade em que estão inseridos, buscando uma construção de conhecimentos.

Eis que a educação continuada surge no final do século passado, em decorrência do desenvolvimento social e da classe de trabalhadores, como uma resposta aos obstáculos que vinham sendo enfrentados.

Entre as décadas de 70 e 80, esse assunto ideólogos referiram-se a esse tipo de educação como programa de complementação educacional de profissionais.

Como a sociedade vive em constante mudança, se faz necessário esse processo que visa renovação do conhecimento.

Para Mariotti¹ trata-se de uma abordagem ampla, inserida na organização, onde treinamento e prática se enquadram como uma proposta e um componente que faz parte de uma empresa, passando a ser visto por um sistema relacionado com outros ambientes dentro de determinada instituição. Desse modo, o conhecimento e a prática são as áreas monitoradas que deverão passar por constantes especificações e acompanhamentos em benefício de um desenvolvimento de qualidade.

A formação continuada visa anteder a mudanças desejadas pela instituição, como também as que desejadas pela sociedade.

Formação Continuada do Professor²

A busca da qualidade de ensino na formação básica voltada para a construção da cidadania, para uma educação sedimentada no aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser e para as novas necessidades do conhecimento, exige necessariamente, repensar a formação inicial de professores, assim como requer um cuidado especial com a formação continuada desse profissional com um olhar crítico e criativo. Essa preocupação é relevante, tendo em vista o atual contexto de reformas educacionais, que visam a dar respostas à complexa sociedade contemporânea.

Este é um tema de particular atualidade em função da recente reforma implementada em todos os níveis da educação brasileira, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e hoje em discussão a do Ensino Superior.

Uma reforma que merece um domínio profundo por parte dos atores que de fato conduzem o processo ensino-aprendizagem. Pois, as mudanças implementadas são de cunho filosófico, metodológico e sociológico implica numa postura dialética frente ao conhecimento, compreensão de processos cognitivos e metacognitivos, domínio do conceito de competência e sua construção na escola, entre outras exigências.

As referidas mudanças educacionais se baseiam em princípios filosóficos inovadores e têm fundamentos epistemológicos da pedagogia crítica. Porém, ao mesmo tempo tem como pilar de sustentação um movimento político-social de clara hegemonia do projeto neoliberal.

Na implantação de qualquer proposta pedagógica que tenha implicações em novas posturas frente ao conhecimento, conduzindo a uma renovação das práticas no processo ensino-aprendizagem, a formação continuada de professores assume um espaço de grande importância.

A formação continuada de docentes é um tema complexo e que pode ser abordado a partir de diferentes enfoques e dimensões. A história mostra a existência do modelo clássico no planejamento e na implementação de programas de formação, bem como o surgimento de novas tendências de educação continuada praticadas na área profissional da educação, como também em outros contextos profissionalizantes.

1 MARIOTTI, Humberto. Organizações de aprendizagem: educação continuada e a empresa do futuro. São Paulo: Atlas, 1995.

2 COSTA, N. M. L. A Formação Contínua De Professores - Novas Tendências e Novos Caminhos, 2004.



Conhecimentos Específicos

Aspectos Históricos

Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, conhecida pela sigla SECAD, desde 2004, o Ministério da Educação agilizou os enfrentamentos das injustiças encontradas em nosso país. O objetivo é a universalização do acesso, a permanência e aprendizagem na escola pública, com a construção participativa de uma proposta de Educação Integral, através da ação articulada entre os entes federados e a organização civil, principalmente quando se diz respeito à superação das desigualdades e afirmação dos direitos mediante às diferenças.

Entre o final de 2007 e ao longo de primeiro semestre de 2008, gestores municipais e estaduais, que representam a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE), de Organizações não-governamentais comprometidas com a educação pública e de professores universitários reuniram-se periodicamente, com a coordenação do SECAD e convocação do MEC, para contribuírem para o debate nacional. Nessas reuniões debatia-se sobre uma política de Educação Integral, sustentada na intersectorialidade da gestão pública, com uma possível articulação com a sociedade civil e no diálogo entre os saberes clássicos e contemporâneos.

Base Conceitual

Antes de adentrar no contexto que envolve as Políticas Públicas Educacionais¹, tem-se o entendimento do que vem a ser Política Pública, que a partir da etimologia da palavra se refere ao desenvolvimento a partir do trabalho do Estado junto à participação do povo nas decisões.

Sob este entendimento conceitua-se que:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é **tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação**. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.²

É importante observar que as Políticas Públicas Educacionais não apenas se relacionam às questões relacionadas ao acesso de todas as crianças e adolescentes às escolas públicas, mas também, a construção da sociedade que se origina nestas escolas a partir da educação. Neste entendimento, aponta-se que as Políticas Públicas Educacionais influenciam a vida de todas as pessoas.

No Brasil, com ênfase para a última década a expressão Políticas Públicas ganhou um rol de notoriedade em todos os campos, fala-se de Políticas Públicas para a educação, saúde, cultura, esporte, justiça e assistência social. No entanto, tais políticas nem sempre trazem os resultados esperados, pois somente garantir o acesso a todos estes serviços públicos não significa que estes tenham qualidade e, que efetivamente, os usuários terão seus direitos respeitados.³

Diante destes aspectos tem-se que as Políticas Públicas se voltam para o **enfrentamento** dos problemas existentes no cotidiano das escolas, que reduzem a possibilidade de qualidade na educação. No entanto, somente o direcionamento destas para a educação não constitui uma forma de efetivamente auxiliar crianças

1 FERREIRA, C. S.; SANTOS, E. N. dos. Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. Revista LABOR nº 11, v.1, 2014.

2 OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

3 SETUBAL, Maria Alice. Com a palavra... Consulex. Ano XVI. N.382. 15 de Dezembro de 2012.



Redação

— Definição

A redação pode ser definida como o ato de produzir um texto escrito e, conforme sua estrutura e objetivos, pode ser tipificada em narrativa, descritiva, informativa e dissertativa. Cada um desses tipos de redação especificidades próprias e, ao se optar por um deles, é fundamental atenção aos seus elementos estar atento aos seus elementos integrantes. Confira abaixo algumas dicas de importantes para a escrita de uma boa redação.

A importância da Introdução

Em um vestibular ou concurso, a redação vai ser avaliada, obviamente, por completo, e todas as suas etapas são fundamentais para a composição da nota. No entanto, a forma como ela se inicia tem grande peso na atribuição do conceito do examinador, por dois motivos principais:

– Envolve a atenção do leitor: o interesse do leitor precisa ser captado já no início, pois é nesse momento que ele decide se vai prosseguir ou não com a leitura. Começar bem uma redação é primordial para que o leitor deseje conhecer as linhas seguintes de seu texto.

– Síntese do conteúdo: a introdução daquilo que será abordado contribui para que o leitor esteja apto a compreender o tema e, assim, ser capaz de assimilar o conteúdo à medida que ele se desenvolve.

Os Tipos de Redações

A decisão de como a redação será iniciada vai depender do gênero textual, por isso, é importante estar ciente acerca dos diversos tipos textuais. Verifique abaixo os tipos mais comuns de redação e as suas características:

Narrativa: é o relato de fatos em torno de personagens, ou seja, uma história, que pode ser fictícia ou real. A narrativa é composta pelo narrador, que pode ser em 1ª pessoa ou em 3ª pessoa. Sua estrutura básica são personagens, enredo tempo e espaço em que se dão os fatos.

Descritiva: apresenta os aspectos gerais e detalhados de algo ou de alguém, por isso, é elaborada com base nas observações e perspectivas do autor. Se abordar elementos concretos (características físicas, objetos, cores e dimensões), a redação será denominada descritiva objetiva. Se abordar opiniões pessoais, será uma redação descritiva subjetiva.

Dissertativa: é o tipo amplamente mais requerido em exames em geral, como concursos públicos e vestibulares, incluindo o ENEM. Na dissertação, o autor desenvolve um tema e apresenta o seu ponto de vista acerca dele. A redação dissertativa pode apresentar as seguintes abordagens:

- Dissertativa-expositiva: explora dados e informações com o único propósito de informar seu leitor.
- Dissertativa-argumentativa: recorre a argumentos diversos para defender uma ideia ou opinião.

Iniciando a Introdução da Redação

Para isso, existem algumas formas padronizadas e seguras. São elas:

- Citação
- Alusão histórica

Termos adequados e para utilizar no início uma redação: os conectivos são recursos excelentes para relacionar as ideias apresentadas. Empregá-los na sua redação, portanto, auxilia uma coesão e coerência do

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TPREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;